



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 31/XIII/4.<sup>a</sup> SL

Em 27 de fevereiro de 2019, pelas 10 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**Audição da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, sobre políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica [requerida pelos Grupos Parlamentares do PSD e PS].**

Aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, começou por dar as boas vindas à Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa (Mariana Vieira da Silva) e à Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (Rosa Monteiro), bem como à restante equipa, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD) e Susana Amador (PS), para apresentarem os requerimentos dos seus respetivos Grupos Parlamentares.

Seguidamente, foi dada a palavra à Senhora Ministra para uma intervenção inicial, complementada pela intervenção da Senhora Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade.

O Senhor Presidente deu depois a palavra aos restantes grupos parlamentares para colocarem as suas questões, na sequência do que o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) e a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) fizeram uma interpelação à mesa para questionar a condução dos trabalhos. Questionaram as intervenções do Grupos Parlamentares não deveria recomençar pela ordem dos Grupos Paralamenatres uma vez que os requerente se limitaram na sua intervenção iniciaçl a apresentar os seus requerimentos, não tendo colocado qualquer questão sobre os mesmos. Por outro lado questionaram se os Grupos Parlamentares intervinham todos e consequentemente e no final a Senhora Ministra respondia ao conjunto de questões colocadas ou se iria seguir o modelo de Pergunda resposta individual apor Grupo Parlamentar.

O Senhor Presidente escalareceu que seria dada novamente a palavra aos Grupos Parlamentares requerentes no final das intervenções dos restantes Grupos Paralamenatres e caso fosse necessário, realizar-se ia uma segunda ronda de



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 31/XIII/4.<sup>a</sup> SL

intervenções para que os Grupos Parlamentares ficassem devidamente esclarecidos sobre a matéria. A resposta da Senhora Ministra seria dada no final das intervenções de todos os Grupos Parlamentares, ao conjunto de questões colocadas.

Usaram da palavra, para formular perguntas, as Senhoras e os Senhores Deputados Sandra Cunha (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Ângela Guerra (PSD) e Elza Pais e Isabel Alves Moreira (PS), tendo a Senhora Ministra da Justiça respondido ao conjunto das questões colocadas com complemento de resposta por parte da Senhora Secretária de Estado.

No final, pediu a palavra a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) para, por intermédio do Senhor Presidente, fazer um apelo à Senhora Ministra no sentido de agarrar com as duas mãos a matéria da igualdade e da violência doméstica como a sua antecessora nunca agarrou. Não basta fazer anúncios e declarar dias de homenagem que não resolvem as situações, nem evitam mortes, sendo necessário por os Ministérios a coordenarem-se entre si e a funcionar. Há muita resistência nos Ministérios nestas matérias, eles são lentos e têm outras prioridades, por isso tem de ser a Ministra da Presidência com o seu peso político a promover o trabalho articulado entre os Ministérios nesta matéria para que possam todos trabalhar para o mesmo objetivo, caso contrário, nada acontecerá.

Também a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) pediu a palavra para uma interpelação à mesa. Relembrou que no início da audição foi colocada a hipótese de ser feita uma segunda ronda de perguntas de que o Bloco de Esquerda não podia prescindir, uma vez que ao invés dos restantes grupos parlamentares o seu cumpriu com o tempo de intervenção que lhe foi pedido e por isso não conseguiu colocar as restantes duas questões que tinha para colocar. Por este motivo pediu que fosse aberta a segunda ronda de perguntas antes do Senhor Presidente dar a palavra à Senhora Ministra para a sua intervenção final.

Na segunda ronda, intervieram ainda, para pedidos de esclarecimento, as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Ângela Guerra (PSD), Isabel Alves Moreira (PS), Sandra Cunha (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), a que a Senhora



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 31/XIII/4.<sup>a</sup> SL

Ministra e a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade deram resposta final conjunta.

A segunda ronda de intervenções foi interrompida, após a intervenção da Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD), pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) que fez nova interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos, tendo manifestado a sua perplexidade quanto ao facto de a Comissão por tradição não ter tempos de intervenção e nesta audição ter passado ao extremo oposto de ter intervenções com um minuto, com pouca tolerância, o que não compreendia.

Após intervenção da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), também a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) pediu novamente a palavra para uma interpelação à mesa para defesa da honra. Disse que não era de todo aceitável que a Senhora Deputada Isabel Moreira disse que agora finalmente há relatórios, é incorreto. O GREVIO é um organismo do Conselho da Europa que tem a seu cargo a seu cargo a monitorização da implementação da Convenção de Istambul, por isso os relatórios sempre existiram e não dependem de nenhum governo. Por outro lado, o anterior Governo sempre apresentou, anualmente o seu relatório de execução sobre os Planos Nacionais da Igualdade, ao invés do atual Governo que falhou várias vezes neste aspeto. Terminou dizendo que o que a Senhora Deputada Isabel Moreira podia fazer de bom nesta matéria era solicitar ao seu Governo que implementasse as recomendações que constam do relatório do Grevio, que apontam para várias falhas nos sistema, o que não fez.

Segui-se uma interrupção dos trabalhos durante cinco minutos, por indicação do Senhor Presidente, findos os quais foram retomadas as intervenções com a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE).

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo à Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, à Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 31/XIII/4.ª SL**

Igualdade os esclarecimentos prestados. Lamentou o excesso de emotividade que marcou a reunião, mas que tal facto se justificou certamente pela consciência da gravidade da matéria em debate.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 31/XIII/4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Emília Cerqueira  
Fernando Anastácio  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Luís Ferreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Teresa Moraes  
Vânia Dias da Silva  
Amadeu Soares Albergaria  
Ângela Guerra  
Carla Tavares  
Rita Rato  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino